



PROCEDIMENTO AO ABRIGO DE ACORDO-QUADRO (art.º 258.º) FA144-2024

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Acordo quadro ao abrigo do qual o contrato será celebrado

Acordo Quadro para Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal

1 - Objeto do Contrato

Fornecimento de Energia Elétrica, ao Abrigo do Acordo Quadro Celebrado pela Municipia, S.A. nº AQ/35/2020.

2 - Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

3 - Prazo da execução do contrato

3 Anos

4 - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Porto de Mós, situada em Praça da Republica , 2484-001 Porto de Mós, com os números de telefone 244499600 e de fax 244499601 e com o endereço eletrónico concursos@municipio-portodemos.pt

5 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta preliminar ao mercado

Não

6 -**Previsão de renovações**

Não

7 - Contrato adequado para PME

Não

8 - Gestores de contrato

Nuno Miguel Moleiro Oliveira

9 - Critério

O procedimento será realizado através do critério do valor.

10 - Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato

Artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos

11 - Aplica-se a contratos reservados(54-A)?

A participação não está reservada

12 - O procedimento poderia ter sido realizado ao abrigo das medidas especiais de contratação pública?

Não

13 - Preço Base

O preço base fixado será de 2.010.000,00 euros.

14 - Preço anormalmente baixo

Será considerado preço anormalmente baixo, caso o preço apresentado seja igual ou inferior a 40% do preço base.

15 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP.;
- Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, directa ou indirectamente, das peças do procedimento.;
- No caso de a assinatura ser através do certificado do cartão de cidadão ou certificado em nome individual tem que apresentar declaração da entidade a dar poderes para o efeito, à pessoa titular desse cartão ou certidão permanente onde conste a forma de obrigar.;
- Proposta do concorrente;
- Tem que apresentar certidão permanente ou código de acesso e caso se aplique a declaração da entidade a dar poderes para o efeito, à pessoa titular da assinatura (se aplicável).;
- Uma lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução.

16 - Idioma dos documentos da proposta

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em Português

17 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- Certificação PME;
- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP.;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º;
- Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).

18 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

19 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

20 - Prazo para entrega da proposta

A data limite para a entrega das propostas é 2024-12-31, até às 17 horas e 59 minutos.

21 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

22 - Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Obrigações de Subcontratação

Não é aplicável nenhuma obrigação de subcontratação.

Indicação de Subcontratação na Proposta

Inexistência de indicação de subcontratação.

23 - Pedidos de esclarecimentos

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso o Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós.

24 - Prestação da caução

É exigida a prestação de caução. O valor da caução é de 5% do preço contratual.

* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.